

**BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DA BNCC: uma revisão integrativa**

**PLAYING IN EARLY EDUCATION IN THE CONTEXT OF BNCC: an integrative review**

**JUGAR EN LA EDUCACIÓN TEMPRANA EN EL CONTEXTO DEL BNCC: una revisión integrativa**

-  Maria Luiza Alves da Silva<sup>1</sup>  
 Tatiana Cristina Vasconcelos<sup>2</sup>  
 Maria do Socorro Moura Montenegro<sup>3</sup>  
 Joselito Santos<sup>4</sup>

1. Graduação em Pedagogia. Universidade Estadual da Paraíba.  
2. Graduação em Psicologia e Pedagogia. Doutorado em Educação. Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: [vasconcelostc@yahoo.com.br](mailto:vasconcelostc@yahoo.com.br)  
3. Graduada em Letras. Doutora em Linguística. Universidade Estadual da Paraíba.  
4. Graduado em Comunicação Social e Pedagogia. Doutor em Ciências Sociais. FIP Campina Grande. E-mail: [jslito2012@gmail.com](mailto:jslito2012@gmail.com)

**ABSTRACT:** The act of playing allows children to learn different things, allowing them to appropriate knowledge, developing skills related to the sphere of language, cognition, values and life in society. This article aims to analyze playing in Early Childhood Education in the context of the BNCC, in articles published in the years 2021 and 2022. For that, an integrative and documentary bibliographical research was carried out, having as reference the document of the National Curricular Base for the Child education. First, a brief theoretical study is presented on the conception of children and childhood in the historical aspect, the characteristics of institutions designed for children from zero to six years of age, early childhood education in Brazilian legislation and the importance of playing as a right of early childhood learning and development. Therefore, it is concluded that playing in childhood is an essential part of the child's learning and integral development in the physical, social, cultural, affective, emotional and cognitive aspects.

**Keywords:** Play. BNCC. Child education.

**RESUMO:** O ato de brincar, permite a criança diferentes aprendizagens, deixando-a apropriar-se do conhecimento, desenvolvendo habilidades relacionadas a esfera da linguagem, da cognição, dos valores e da vida em sociedade. O presente artigo tem como objetivo analisar o brincar na Educação Infantil no contexto da BNCC, em artigos publicados nos anos de 2021 e 2022. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica integrativa e documental, tendo como referência o documento da Base Nacional Curricular para a Educação Infantil. Primeiramente, apresenta-se um breve estudo teórico sobre a concepção de criança e infância no aspecto histórico, as características das instituições pensadas para crianças de zero a cinco anos de idade, a educação infantil na legislação brasileira e a importância do brincar como um direito de aprendizagem e desenvolvimento na infância. Portanto, conclui-se que o brincar na infância é parte imprescindível da aprendizagem e do desenvolvimento integral da criança nos aspectos físico, social, cultural, afetivo, emocional e cognitivo.

**Palavras-chave:** Brincar. BNCC. Educação Infantil.

**RESUMEN:** El acto de jugar permite a los niños aprender diferentes cosas, permitiéndoles adquirir conocimientos, desarrollando habilidades relacionadas con el ámbito del lenguaje, la cognición, los valores y la vida en sociedad. Educación Infantil. En primer lugar, se presenta un breve estudio teórico sobre la concepción del niño y de la infancia en el aspecto histórico, las características de las instituciones diseñadas para niños de cero a cinco años, la educación de la primera infancia en la legislación brasileña y la importancia del juego como derecho a aprendizaje y desarrollo en la niñez. Por lo tanto, se concluye que jugar en la infancia es parte esencial del aprendizaje y desarrollo integral del niño en los aspectos físico, social, cultural, afectivo, emocional y cognitivo.

**Palabras-clave:** Jugar. BNCC. Educación Infantil.

Recebido em: 25/03/2024

Aprovado em: 27/04/2024



Todo o conteúdo deste periódico está licenciado com uma licença Creative Commons (CC BY-NC-ND 4.0 Internacional), exceto onde está indicado o contrário.

## Introdução

A ludicidade proporciona o desenvolvimento integral da criança, relacionado aos fatores sociais e culturais, estimula o processo de interação social, comunicação, construção do conhecimento e desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. Além disso, promove a formação de um sujeito crítico e reflexivo, permitindo o indivíduo relacionar-se de forma ativa com o mundo, uma vez que vive e tem momentos de tomadas de decisões (ALMEIDA, 2008; SILVA; CARVALHO; PARENTE, 2021).

Huizinga (2001) discute o lúdico como um elemento cultural, presente em todos os aspectos de organização social, das mais antigas às mais atuais. Sendo assim, o autor considera o lúdico numa compreensão mais ampla e cultural como atividade essencial na sobrevivência metafórica do homem. O lúdico amplia o desenvolvimento infantil e a construção do conhecimento, a partir do brincar. Pois, é brincando que a criança aprende, assimila informações e experiências, compreende e reassignifica conceitos, condutas e valores. Neste sentido, o brincar é importante para o desenvolvimento da criança, nos aspectos físico, social, cultural, afetivo, emocional e cognitivo (VYGOTSKY, 2007).

Para Vygotsky (1998), o lúdico influencia amplamente o desenvolvimento da criança, pois é através do jogo que a criança aprende a agir, sua curiosidade é estimulada, adquire iniciativa e autoconfiança, proporciona o desenvolvimento da linguagem, do pensamento e da concentração. Ainda de acordo com Vygotsky (1998, p. 17), "quando se brinca, o ser humano cria, inova, deixa fluir sua capacidade e liberdade de inventar novas maneiras para progredir e resolver problemas circunstanciais". No momento em que a criança se envolve em algum tipo de brincadeira, ela está em processo de aprendizagem, que ocorre de forma lúdica e prazerosa, em que se aprende sobre as regras e o convívio com o outro, ampliando a noção de alteridade.

Dessa maneira, a brincadeira deve ser vista pelo professor como um ponto importante a ser planejado, não de qualquer forma, mas deve ser organizado e pensado para a criança, na qual ela possa desenvolver suas competências psicológicas, cognitivas, sociais e motoras, através da diversão e do prazer. O ato de brincar permite a criança diferentes aprendizagens, deixando-a apropriar-se do conhecimento, desenvolvendo habilidades relacionadas a esfera da linguagem, da cognição, dos valores e da vida em sociedade (KISHIMOTO, 1994).

Através da brincadeira que a criança é preparada para a vida, compreendo, integrando e adaptando ao ambiente em que vive, aprendendo com o outro a contribuir e conviver como um ser social. Por meio do lúdico, a criança comunica as suas ações e reações e aperfeiçoa sua identidade. O brincar proporciona a criança diversas situações, que a influenciam a criar e desenvolver novas hipóteses, seguindo regras e a cada adequação criam novas regras, formando seu caráter. A criança quando brinca é estimulada a movimentar-se, criando o seu desenvolvimento tanto no aspecto motor como no cognitivo, ela consegue agir com sentido sobre as suas ações, pois consegue realizar suas escolhas com independência, é um contínuo exercício da mente e do corpo. Segundo Silva, Carvalho e Parente (2021) o momento do brincar é onde a criança deixa fluir sua imaginação, trazendo colaborações para a interação e a socialização, o brincar só tem a somar e contribuir para o desenvolvimento da criança.

O brincar na Educação Infantil permite a criança estabelecer regras formadas por si e em grupo, auxiliando na inclusão do sujeito na sociedade. Dessa forma, a criança estará resolvendo conflitos e, ao mesmo tempo, desenvolvendo a habilidade de entender diferentes pontos de vista e de manifestar sua opinião no que se refere aos outros. É essencial compreender e estimular a capacidade criativa das crianças, pois essa se organiza numa das formas de relacionamento e recriação do mundo, na concepção do raciocínio infantil (OLIVEIRA, 2000). Esse estudo tem como foco a importância do brincar na Educação Infantil e as implicações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para essa etapa da Educação. Procuramos responder nessa pesquisa ao seguinte questionamento: Como a BNCC aborda o brincar na Educação Infantil?

A proposta BNCC na Educação Infantil atribui o brincar como um dos seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento que relacionam os Campos de Experiências (BRASIL, 2018). Este documento traz para a Educação Infantil dois eixos estruturantes e norteadores fundamentados nas interações e brincadeiras que

se unem nos seis direitos de aprendizagem das crianças e nos objetivos de aprendizagem abrangidos em campos de experiências, são diversas as possibilidades de trabalho nessa concepção.

A BNCC reforça que toda criança tem o direito de brincar e se divertir de vários modos, espaços e tempos, com diferentes pares, sejam crianças ou adultos, essa atitude estimula o desenvolvimento da criatividade da criança (BRASIL, 2018). Nesse contexto, elas têm maior facilidade para lidar com o seu próprio conhecimento, emoções, imaginação e criatividade.

Uma vez que as brincadeiras também aprimoram as experiências cognitivas, expressivas, sociais, corporais e sensoriais. Sendo assim, o brincar se torna essencial, tanto para o aprendizado, como para o desenvolvimento da criança. Com o brincar, a criança aprende de maneira prazerosa, por meio da socialização com as crianças e adultos e na participação de diferentes experiências lúdicas. A principal motivação para realização do presente estudo, reside na importância que o tema possui para o desenvolvimento integral da criança e para a prática docente na Educação Infantil, uma vez que, o educador exerce o papel de mediador do conhecimento, através de diversas situações de aprendizagem, levando em consideração as necessidades, os interesses e os ritmos de cada criança.

Diante do exposto, o objetivo do presente artigo é analisar o brincar na Educação Infantil no contexto da BNCC, a partir de uma revisão bibliográfica integrativa em artigos publicados nos anos de 2021 e 2022.

### **Concepções de Infância e Educação Infantil: elementos norteadores às práticas educativas**

Para compreender a Educação Infantil e como ela se configura na atualidade, é necessário discorrer acerca das concepções de criança e infância, entendendo as transformações realizadas e compreendendo que a criança sempre existiu, mas a infância nem sempre, pois esse direito por várias vezes foi negado.

Nas primeiras comunidades, as crianças eram distintas dos adultos apenas por seu tamanho e habilidades físicas, elas eram retiradas das suas mães bem cedo para aprender e desenvolver tarefas dos adultos auxiliando na sua execução. Desse modo, a construção histórica do sentimento de infância foi tomando diferentes significados ao decorrer do tempo, a começar das relações sociais e não somente em função das particularidades da criança. A infância existiu desde o início da humanidade, mas a sua percepção como uma construção social, deu-se a partir dos séculos XVII e XVIII. Esse período de surgimento da infância pode ser analisado nos estudos de Carvalho (2003), que afirma:

[...] A aparição da infância ocorreu em torno do século XIII e XIV, mas os sinais de sua evolução tornaram-se claras e evidentes, no continente europeu, entre os séculos XVI e XVIII no momento em que a estrutura social vigente (Mercantilismo) provocou uma alteração nos sentimentos e nas relações frente à infância (CARVALHO, 2003, p. 47).

Segundo Ariès, (1981), a infância foi uma invenção da modernidade. O autor registra o sentimento de infância como uma consciência da criança decorrente de um processo histórico, e não uma herança tradicional. Essa concepção descrita por Ariès marcou grandes mudanças no que se considera infância, que, segundo ele, reserva outra vertente deste sentimento de infância, marcada por uma busca da moralidade na base da educação das crianças, por um interesse psicológico, juntando a razão das ações a certa docilidade.

Sendo assim, entre os séculos XVII e XVIII, começou a ser pensada uma nova concepção sobre a infância, ao destacar essa concepção, é assimilada a necessidade de respeitar essa fase bem singular da vida que evidencia características curiosas. Nesse viés, a concepção de criança e infância, agora compreendida de forma especial, na qual a família passa a entender-se com uma nova função em relação a criança, que necessita de cuidados e de escolarização, a fim de contribuir para sua formação intelectual e seu caráter moral.

Para Ariès (1981), o século XVIII trouxe uma infância moderna com liberdade, autonomia e independência; já no século XIX, as crianças eram tratadas como adultos em miniatura, e, no século XX, com a influência de psicólogos e de educadores, elas passam a ser vistas como seres de direitos e em fase

de desenvolvimento. Afirma, então, que a transformação pela qual a criança e família passam ocupa um lugar central na dinâmica social. Segundo Rousseau, a infância não é um lugar de passagem para outros estágios mais desenvolvidos, e sim precisa ser considerada como uma etapa de valor próprio. Para ele, da mesma forma que “a humanidade tem lugar na ordem das coisas, a infância tem o seu na ordem da vida humana: é preciso considerar o homem no homem e a criança na criança” (ROUSSEAU, 1994, p. 69).

Desde o início do século XIX até os dias atuais, a percepção sobre a criança apresenta-se em uma nova concepção, ao observarmos as suas necessidades e condições de desenvolvimento, com suas características específicas. Diante disso, podemos citar ainda muitos autores que contribuíram com suas pesquisas para que hoje pudéssemos possuir melhores conhecimentos acerca desse processo histórico sobre as concepções de infância e educação. Maria Montessori desenvolveu uma pedagogia a começar do trabalho prático com as crianças, com o uso de materiais didáticos, como consequência de seus resultados positivos a sua proposta pedagógica é conhecida e utilizada até os dias de hoje. Jean Piaget elaborou a sua teoria sobre o pensamento infantil, considera que desde o seu nascimento a criança é um ser em transformação constante ao construir seu próprio conhecimento (LIMA, 2011).

Na visão teórica de Vygotsky (2009), o desenvolvimento não é pensado de forma linear, nem se detém naquilo que já foi atingido, mas é visto como um todo que se processa numa dimensão social. Isso permite refletir sobre o desenvolvimento humano e compreendê-lo articulado às relações sociais. Ela fornece os elementos para se compreender que sujeito é esse que se constrói a partir do meio e da cultura (ALBERTO; SANTOS, 2009).

Na teoria sociointeracionista de Vygotsky (1978) as relações entre aprendizagem e desenvolvimento são pontos muito importantes, pois para ele o desenvolvimento é estimulado pela aprendizagem, e a interação entre o indivíduo e o meio é primordial nesse processo. Segundo ele, a criança precisa de atividades características que possibilitem o aprendizado, visto que seu desenvolvimento depende dessa aprendizagem através das interações e experiências. A partir dessa concepção, o professor tem um papel de grande relevância, pois ele fará a mediação da criança com o mundo, planejando suas intervenções.

A teoria de Vygotsky mostra que a criança nasce com funções psicológicas elementares e que com o conhecimento cultural e as experiências alcançadas, essas funções tornam-se funções psicológicas superiores, que são a ação proposital, capacidade de planejamento, pensamento abstrato e comportamento consciente. A partir disso, ele apresenta outros pensamentos importantes, como a zona de desenvolvimento proximal, onde o professor vai realizar intervenções para uma boa aprendizagem e a relação entre pensamento e linguagem, visto que é por intermédio da linguagem que o aprendizado é mediado (MOREIRA, 2009).

Podemos afirmar que no início do século XXI começam a surgir outras maneiras de olhar a criança, por meio de novas concepções acerca da infância. Um dos estudos mais estruturados sobre esse pensar diferente em relação a criança, chega através da obra de Sônia Kramer (1996), que faz um estudo sobre as concepções de infância, e coloca a criança como sujeito social, criadora de cultura e com outra visão acerca da realidade. Para Kramer (1996):

(...) a criança é concebida na sua condição de sujeito histórico que verte e subverte a ordem e a vida social. Analiso, então a importância de uma antropologia filosófica (nos termos que dela falava Walter Benjamin), perspectiva que, efetuando uma ruptura conceitual e paradigmática, toma a infância na sua dimensão não-infantilizada, desnaturalizando-a e destacando a centralidade da linguagem no interior de uma concepção que encara as crianças como produzidas na e produtoras de cultura (KRAMER, 1996, p. 13).

As questões relacionadas à concepção de infância e sobre como as crianças eram educadas e tradas permitem observar e pensar melhor sobre as concepções existentes, também possibilitando uma reflexão sobre a educação e a escola nos dias de hoje. A concepção de infância que possuímos hoje foi uma criação da modernidade, sendo formada historicamente pelas condições socioculturais definidas. “A infância seria

um conceito, uma representação, um tipo ideal a caracterizar elementos comuns a diferentes crianças” (FERNANDES; KUHLMANN JÚNIOR, 2004, p. 28).

Partindo dessa concepção, podemos analisar que a infância modifica com o tempo e com os diferentes contextos sociais, econômicos, geográficos, e até mesmo individuais. Assim, as crianças de atualmente não são iguais às de antigamente, nem serão as mesmas que virão futuramente. Nesse viés, traremos relatos sobre as primeiras instituições de atendimento a criança constituídas no Brasil, tanto no que tange ao contexto assistencial quanto educacional e os documentos que nortearam as práticas pedagógicas na Educação Infantil.

As primeiras creches constituídas no Brasil, surgiram devido a questão econômica do processo de constituição da sociedade capitalista, da urbanização e da organização do trabalho industrial, visando a necessidade de acolher as crianças de mulheres que ingressaram no mercado de trabalho. Desse modo, Didonet (2001) comenta que:

As referências históricas da creche são unânimes em afirmar que ela foi criada para cuidar das crianças pequenas, cujas mães saíam para o trabalho. Está, portanto, historicamente vinculada ao trabalho extradomiciliar da mulher. Sua origem, na sociedade ocidental, está no trinômio mulher-trabalho-criança. Até hoje a conexão desses três elementos determina grande parte da demanda, da organização administrativa e dos serviços da creche (DIDONET, 2001, p. 12).

Antes da abertura das creches, uma das instituições propostas à primeira infância no Brasil foi a Roda dos Expostos, criada em 1726, situadas em hospitais, conventos ou casas de misericórdia, em que as crianças eram abandonadas por seus pais, com o intuito de evitar que fossem mortas. Depois dos primeiros cuidados, as crianças eram entregues a famílias pobres que recebiam uma bonificação mensalmente, essas instituições surgiram com a intenção de reduzir o alto índice de mortalidade infantil da época, tentar diminuir o sofrimento e preparar as crianças para encarar a vida. Diante disso, Aquino (2001) diz que:

A roda dos expostos, como assistência caritativa, era, pois, missionária. A primeira preocupação do sistema para com a criança nela deixada era de providenciar o batismo, salvando a alma da criança, a menos que trouxesse consigo um bilhete – o que era muito comum – que informava à rodeira de que o bebê já estava batizado. No caso de dúvida dos responsáveis pela instituição, a criança era novamente batizada. Mas o fenômeno de abandonar os filhos é tão antigo como a história da colonização brasileira, só que antes da roda, as crianças eram abandonadas e supostamente assistidas pelas municipalidades, ou pela compaixão de quem as encontrava (AQUINO, 2001, p. 31).

Assim como na Europa, o surgimento das creches no Brasil, carregavam a ideia de lugar de cuidado de crianças pequenas e pobres, com instalações precárias e com os cuidados básicos de higiene. De acordo com essa visão, Kuhlmann (2010) diz que:

A creche, para as crianças de zero a três anos, foi vista como muito mais do que um aperfeiçoamento das Casas de Expostos, que recebiam as crianças abandonadas; pelo contrário, foi apresentada em substituição ou oposição a estas, para que as mães não abandonassem suas crianças. Além disso, não se pode considerar a creche como uma iniciativa independente das escolas maternas ou jardins de infância, para as crianças de três ou quatro a seis anos, em sua vertente assistencialista, pois as propostas de atendimento educacional à infância de zero a seis anos tratam em conjunto das duas iniciativas, mesmo que apresentando instituições diferenciadas por idades e classes sociais (KUHLMANN, 2010, p. 78).

As primeiras instituições de atendimento a criança no Brasil foram formadas nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro. Foram concedidas por empresas privadas direcionadas para atender as classes altas, a partir desse momento, é que aparecem novas tentativas para instituições de atendimento a criança pequena. Em 1875, no Rio de Janeiro, foi fundado o primeiro jardim de infância deprivado no país, estruturado em um dos melhores bairros da cidade, para atender apenas as crianças que faziam parte da elite. Segundo Bastos (2001):

Em 1875 instala, juntamente com sua esposa, D. Carlota de Menezes Vieira, um jardim de crianças no Colégio Menezes Vieira, situado na rua dos Inválidos, nº. 26, em um dos melhores bairros da cidade do Rio de Janeiro, com ótimas instalações – um pavilhão hexagonal, especialmente construído no centro do jardim, com ar e luz por quatro janelas. O jardim tem por objetivo servir uma clientela de elite, atendendo a crianças do sexo masculino, de 3 a 6 anos, que se iniciam em atividades relacionadas à ginástica, à pintura, ao desenho, aos exercícios de linguagem e de cálculo, escrita, leitura, história, geografia e religião (BASTOS, 2001, p. 32).

Referente à criação de novos espaços para atender as crianças pequenas, Kuhlmann Jr afirma que foi em 1908 que instituiu-se a primeira escola infantil de Belo Horizonte e, em 1909, o primeiro jardim-de-infância municipal do Rio de Janeiro, “levantamentos realizados em 1921 e 1924 apontavam um crescimento de 15 para 47 creches e de 15 para 42 jardins-de-infância em todo o país” (KUHLMANN JR *apud* OLIVEIRA, 2007, p. 94).

Uma das características mais marcantes nas instituições de educação infantil, por muito tempo, foi o aspecto exclusivamente assistencialista, onde a preocupação estava em distanciar as crianças do trabalho que o sistema capitalista determinava, com o cuidado das crianças abandonadas e com filhas de mulheres trabalhadoras. Somente durante o século XIX, uma nova finalidade relacionada à proposta pedagógica passa a ser compreendida nas instituições de educação infantil.

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), destaca a Educação Infantil em creches e pré-escolas como um direito da criança, dever do Estado e da família. No artigo 208, estipula a efetivação do dever do Estado com a educação na garantia de atendimento em creche e pré-escola para crianças de 0 a 6 anos de idade. O “Estatuto da Criança e do Adolescente” (ECA), Lei nº 8.069, promulgado em 13 de julho de 1990 (BRASIL, 1990), garante atendimento em creches e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade. A “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” (LDB), Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996), constitui a Educação Infantil, como etapa da Educação Básica.

As instituições de educação infantil devem oferecer ao mesmo tempo as funções de educar e cuidar, pois são ações inseparáveis que permitem às desenvolverem seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos e sociais. De acordo com as ideias contidas no Referencial Curricular para Educação Infantil (RCNEI), documento elaborado pelo MEC, em 1998, o educar significa:

Propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis (BRASIL, 1998, p. 23).

Contemplar o cuidar na esfera educacional na educação das crianças pequenas significa percebê-los como protagonistas do processo, cuidar, portanto, significa valorizar e ajudar o outro e a si próprio. Acerca do cuidar, o RCNEI discorre que “O cuidado precisa considerar, principalmente, as necessidades das crianças, que quando observadas, ouvidas e respeitadas, podem dar pistas importantes sobre a qualidade do que estão recebendo” (BRASIL, 1998, p. 25).

Em relação aos processos de educar e cuidar na educação infantil, é possível entender que, quando se educa, se cuida. Sendo assim, é fundamental evidenciar a importância da criança como indivíduo que está em contínuo desenvolvimento e crescimento, compreendendo sua singularidade e respeitando as suas necessidades. Essas conquistas são consequências de anos de lutas e estudos que asseguraram ao reconhecimento educacional da Educação Infantil. Contudo, a mudança histórica sobre o surgimento das primeiras “instituições” que visavam o cuidado e a guarda de crianças, a questão da mulher no desempenho desta função e o assistencialismo, são marcas históricas que passaram por várias mudanças ao longo do tempo.

No que se refere à concepção de infância, à visão presente na BNCC, que já existia nas DCNEI, migra de teorias baseadas na Psicologia do Desenvolvimento, principalmente nos modelos piagetianos e desenvolvimentistas, de caráter universal, para uma perspectiva fundada na Sociologia da Infância, em que a criança é vista como um sujeito ativo e protagonista no processo de socialização e de desenvolvimento (MELLO, 2017).

No que diz respeito à organização curricular, enquanto o RCNEI está situado na ideia de eixos de aprendizagens e as DCNEIs nas diferentes linguagens, a BNCC considera os campos de experiências das crianças, visando compreender o que as crianças fazem, através de suas experiências, com as aprendizagens que são oferecidas para elas. Essas aprendizagens acontecem com as diferentes linguagens, assim, não desconsidera, mas agrupa a ideia contida na DCNEIs (MELLO, 2017). Desta forma, acolher e permitir experiências educativas, no que se refere aos aspectos sensoriais, expressivos, corporais, de movimento e de cuidado, presentes na organização do currículo, apontam para uma educação que valoriza construções de significados e ambientes desafiadores para as crianças, considerando as suas especificidades.

Sendo assim, a Base Nacional Comum Curricular determina quais são as aprendizagens primordiais a serem trabalhadas nas escolas públicas e particulares em todo território nacional. Por essa razão, é importante para promover a igualdade no aspecto educacional, contribuindo para a formação integral e para a construção de uma sociedade mais democrata, justa e inclusiva.

### **Educação Infantil na BNCC: o espaço do brincar visitado**

O brincar é uma atividade que deve ser explorada em sala de aula e em outros espaços, ajudando a criança em seu processo de desenvolvimento. Sendo também um meio que pode contribuir na aprendizagem, explorando esse prazer que as crianças possuem durante o ato de brincar, para tornar as aulas mais atrativas. Portanto, torna-se necessário que os espaços educacionais sejam ressignificados com urgência, com o intuito de garantir que as crianças possam brincar, correr, observar, pois quanto mais lúdico, acolhedor e desafiador for o ambiente educacional maior será o desenvolvimento da criança.

Vale ressaltar que a Base Nacional Comum Curricular (2017) concebe o brincar como:

Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais (BNCC, 2017, p. 36). Nesse sentido, a BNCC afirma que o brincar se torna fundamental, tanto para o aprendizado, como para o desenvolvimento da criança. Na brincadeira, a criança aprende de forma prazerosa, através da socialização com as crianças e adultos e na participação de diversas experiências lúdicas.

Além disso, o brincar é uma forma de permitir expressões e sentimentos demonstrados de forma espontânea pelas crianças, é também uma forma de alcançar novas experiências, interagindo com o outro e respeitando as regras de convivência contribuindo com o grupo.

Nesse cenário declara à educação infantil, a concepção de criança como protagonista do seu processo de aprendizagem, levando em consideração seus modos de pensar, de sentir, de se expressar em um espaço cultural, acolhedor e estimulante, que proporciona a criança apropriar-se de diversas práticas sociais e formar sua identidade, na relação com o espaço e com os outros, tendo o brincar um papel essencial na concretização das aprendizagens. A BNCC traz para a educação infantil dois eixos estruturantes e norteadores fundamentados nas interações e brincadeiras que se coincidem nos seis direitos de aprendizagem das crianças e nos objetivos de aprendizagem entendidos em campos de experiências, são diversas as possibilidades de atividade nessa concepção.

Deve-se considerar as experiências provenientes das relações que a criança estabelece com os conhecimentos formados na vida social, em casa e no ambiente escolar no âmbito de diferentes culturas e que fazem parte da bagagem cultural a que as crianças têm direito, intermediadas por diversas linguagens. Compreende-se os campos de experiências como:

Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural. (BRASIL, 2017, p. 38)

Nessa perspectiva, a BNCC define cinco campos de experiências que devem ser pensados de forma interligada:

O eu, o outro e o nós – É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista [...] Corpo, gestos e movimentos – Com o corpo (por meio dos sentidos, gestos, movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade [...] Traços, sons, cores e formas – Conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais, no cotidiano da instituição escolar, possibilita às crianças, por meio de experiências diversificadas, vivenciar diversas formas de expressão e linguagens, como as artes visuais (pintura, modelagem, colagem, fotografia etc.), a música, o teatro, a dança e o audiovisual, entre outras [...] Escuta, fala, pensamento e imaginação – Desde o nascimento, as crianças participam de situações comunicativas cotidianas com as pessoas com as quais interagem. As primeiras formas de interação do bebê são os movimentos do seu corpo, o olhar, a postura corporal, o sorriso, o choro e outros recursos vocais, que ganham sentido com a interpretação do outro [...] Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações – As crianças vivem inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões, em um mundo constituído de fenômenos naturais e socioculturais. Desde muito pequenas, elas procuram se situar em diversos espaços (rua, bairro, cidade etc.) e tempos (dia e noite; hoje, ontem e amanhã etc.). (BRASIL, 2017, p. 38-40)

O objetivo primordial na organização curricular dos campos de experiências é unir tempo, espaço, materiais e interações que admitam a criança explorar, conhecer, organizar conhecimentos ao seu modo, com seu olhar ingênuo sobre o mundo. Os seis direitos: conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se, comprovam com o comprometimento sociopolítico e pedagógico na educação infantil, enfatizando assim, a ação que percorre as aprendizagens da criança e os processos de desenvolvimento que forma a si mesma e ao mundo.

A BNCC expõe os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento como conhecimentos fundamentais que estão associados aos campos de experiência, condizendo às possibilidades aprendizagens e às características do desenvolvimento das crianças. Através desses objetivos que as crianças podem exercer um papel ativo para consolidar os seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento no dia-a-dia da Educação Infantil. Desta forma, acolher e permitir experiências educativas, no que se refere aos aspectos expressivos, sensoriais, corporais, de movimento e de cuidado, integrados na organização curricular indicam para uma educação que aprecia construções de significados e espaços desafiadores para as crianças, considerando as suas várias especificidades (BRASIL, 2017).

Afim de proteger e garantir de maneira eficiente os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, precisamos levar em consideração essas áreas que estabelece a forma de interação dentro do ambiente escolar. Quando sabemos como agir em cada passo, estamos cooperando para que elas possam interagir, brincar, participar, explorar, se expressar e compreender.

Para entender e aprender a lidar com as diferenças entre os sujeitos, é necessário conviver, socializar com crianças e adultos, seja brincando ou em qualquer tarefa do cotidiano, de diferentes formas. As brincadeiras devem ser introduzidas em contextos diferentes e participativos, precisam ser valorizadas visando o desenvolvimento criativo, emocional e imaginário da criança. Em todos os contextos podemos confirmar o brincar como um dos direitos de aprendizagem que possui um papel primordial na Educação Infantil, pois caracteriza o meio pelo qual a criança pode se expressar nos mais diferentes contextos e linguagens.

Gonçalves e Peixoto (2016) indicam que a BNCC é um documento que visa universalizar e apontar

conhecimentos e práticas iguais para todos, com uma perspectiva de currículo que consolida a linearidade dos processos de aprendizagem. Assim, encaminhamentos prescritivos, externamente impostos, tais como parâmetros estabelecidos pelos direitos de aprendizagem e desenvolvimento para bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas, envolvem um modelo de como ensinar, com descrição engessada de habilidades a serem desenvolvidas. Para Arroyo (2016, p. 16), a BNCC colabora para uma “visão extremamente negativa, desqualificada dos professores: entrega-lhes o cardápio intelectual pronto e reduzir a sua função a requeentar a marmita”. Sendo assim, apesar da sua importância para a Educação Infantil, a BNCC é bastante prescritiva e deixa pouca oportunidade para que professores e alunos decidam sobre as práticas curriculares nas quais estão.

A Base Nacional Comum Curricular estabelece o que deve ser ensinado, de que forma e como avaliar. Essa oferta de um pacote fechado, significa limitar o potencial criativo e a autonomia pedagógica dos professores. Fazendo com que os educadores fiquem restritos no que desrespeito ao amplo âmbito da criatividade fazendo-lhes reféns do documento, perdendo assim total liberdade em sua prática educativa.

## Metodologia

O trabalho foi realizado através de uma revisão da literatura do tipo integrativa e fez-se o uso de artigos nacionais na língua portuguesa na base do Google Acadêmico. Segundo Cooper (1982, 1989) é um método que agrupa os resultados de pesquisas primárias sobre o mesmo assunto com o objetivo de sintetizar e analisar esses dados para desenvolver uma explicação mais abrangente de um fenômeno específico.

A pesquisa foi realizada no período de fevereiro de 2021 a setembro 2022. Utilizou-se para a pesquisa os seguintes descritores: BNCC; brincar; educação infantil. A pesquisa resultou em 4.650 trabalhos, dentre dissertações, teses, monografias, relatórios e artigos. A partir da leitura dos títulos e da exclusão de trabalhos repetidos e que não se enquadravam nos critérios adotados, 20 artigos foram escolhidos para a leitura do resumo, destes, apenas 08 foram incluídos no estudo por atenderem aos descritores e ano de publicação. Desse modo, foram excluídos 12 artigos, e foram escolhidos estudos que avaliaram a temática da BNCC e o brincar na educação infantil.

O quadro 1 apresenta os dados (título, autores, palavras-chave e ano de publicação), extraídos dos artigos que resultaram na amostra final da busca na base de dados.

Quadro 1 – Artigos que resultaram na amostra final da busca na base de dados (n = 8)

Título do Artigo	Autores	Palavras Chaves	Ano
A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil	CARDOZO, ALVES, CAMPOS, PAIXÃO, MARTINS, ALMEIDA, FREITAS	Base Nacional Comum Curricular. Educação Infantil. Currículo.	2021
A BNCC e a importância do brincar na Educação Infantil	PACHECO; CAVALCANTE; SANTIAGO	Brincadeira, Legislação, Criança, Infância, Educação.	2021
Relações entre a BNCC e o direito de brincar na Educação Infantil	MACHADO, LÚCIO	Educação Infantil, BNCC, documentos oficiais.	2021
Educação Infantil: O lúdico de acordo com a BNCC	SILVA; SILVA, MARQUES; SILVA	Ludicidade, Pré-escola, Base nacional comum curricular.	2021
Concepção de infância e ludicidade: Um olhar sobre a proposta de atividades para a Educação Infantil da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	SILVA, NOGUEIRA	Crianças, Brincar, Teoria Histórico-Cultural.	2022
O papel da brincadeira nas versões da BNCC: discursos constituindo saberes na educação infantil	ROSA; FERREIRA.	Base Nacional Comum Curricular; brincadeira; educação infantil.	2022
A importância do brincar na Educação Infantil consoante com a Base Nacional Comum Curricular	FLORINDA	Brincar, Aprendizagem, Desenvolvimento integral.	2022
O direito de brincar e a diversidade da Cultura Lúdica na Educação Infantil	BAMPI, JULIANI, NYARI	Lúdico; Aprendizagem; Educação Infantil; Pedagogia.	2022

Os trabalhos aqui contemplados para leitura e análise têm os seguintes títulos: 1. “A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil”; 2. “A BNCC e a importância do brincar na Educação Infantil”; 3. “Relações entre a BNCC e o direito de brincar na Educação Infantil”; 4. “Concepção de infância e ludicidade: Um olhar sobre a proposta de atividades para a Educação Infantil da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)”; 5. “Educação Infantil: O lúdico de acordo com a BNCC”; 6. “O papel da brincadeira nas versões da BNCC: discursos constituindo saberes na educação infantil”; 7. “A importância do brincar na Educação Infantil consoante com a Base Nacional Comum Curricular”; 8. “O direito de brincar e a diversidade da Cultura Lúdica na Educação Infantil”.

## Resultados e discussões

O lúdico amplia o desenvolvimento infantil e a construção do conhecimento, a partir do brincar. Pois, é brincando que a criança aprende, assimila informações, experiências, compreende e reinterpreta conceitos, condutas e valores. Neste sentido, o brincar é importante para o desenvolvimento da criança, nos aspectos físico, social, cultural, afetivo, emocional e cognitivo (VYGOTSKY, 2007). O presente artigo busca analisar o brincar na Educação Infantil no contexto da BNCC, em artigos publicados nos anos de 2021 e 2022, trazendo uma visão atualizada.

O quadro 2 apresenta os dados (título, autores, objetivos do estudo), extraídos dos artigos que resultaram na amostra final da busca na base de dados.

Quadro 2 – Artigos que resultaram na amostra final da busca na base de dados (n = 8)

Título do Artigo	Autores	Objetivo(s) de estudo
A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil	CARDOZO; ALVES, CAMPOS; PAIXÃO; MARTINS; ALMEIDA; FREITAS.	Analisar os desenvolvimentos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a educação infantil e destacar os avanços e retrocessos dessa base.
A BNCC e a importância do brincar na Educação Infantil	PACHECO; CAVALCANTE; SANTIAGO.	Analisar a importância da brincadeira como um direito de aprendizagem e desenvolvimento na infância.
Relações entre a BNCC e o direito de brincar na Educação Infantil	MACHADO, LÚCIO.	Identificar as relações entre a BNCC e a os documentos oficiais da Educação Infantil.
Concepção de infância e ludicidade: Um olhar sobre a proposta de atividades para a Educação Infantil da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	SILVA; NOGUEIRA.	Estudar a relevância da ludicidade para a aprendizagem e desenvolvimento das crianças a partir da perspectiva de Vygotsky, estabelecendo comparação entre sua teoria e as atividades propostas para a Educação Infantil na nova Base Nacional Comum Curricular.
Educação Infantil: O lúdico de acordo com a BNCC	SILVA; SILVA; MARQUES; SILVA.	Refletir sobre a relevância do lúdico, iluminados pela Base Nacional Comum curricular, na etapa da pré-escola (4 aos 5 anos e 11 meses), na visão de docentes da rede pública de ensino em uma cidade do nordeste do Brasil.
O papel da brincadeira nas versões da BNCC: discursos constituindo saberes na educação infantil	ROSA; FERREIRA.	Discutir como o papel da brincadeira enunciado em cada versão do documento busca constituir saberes sobre a criança e a Educação Infantil.
A importância do brincar na Educação Infantil consoante com a Base Nacional Comum Curricular	FLORINDA.	Compreender como último documento trata o brincar na Educação Infantil.
O direito de brincar e a diversidade da Cultura Lúdica na Educação Infantil	BAMPI, JULIANI; NYARI.	Analisar se o processo de brincar e a diversidade da cultura lúdica na Educação Infantil (EI) das Escolas Públicas Municipais de Lucas do Rio Verde - MT atendem às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Os 8 artigos escolhidos para análise nesta revisão são próprios de informações para reflexão da temática do presente estudo sob as perspectivas das seguintes categorias específicas: Concepção e importância do lúdico; lúdico enquanto um direito da BNCC; Atividades lúdicas e mediação infantil.

O artigo intitulado “A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Infantil” analisa os desenvolvimentos da BNCC para a educação infantil e evidencia os avanços e retrocessos desse documento. Os autores Cardozo et al., Alves, Campos, Paixão, Martins, Almeida e Freitas (2021), discutem que a base trata os jogos e brincadeiras como um direito de aprendizagem das crianças na educação infantil.

Os direitos da criança estão consolidados nos direitos de aprendizagem e desenvolvimento, presentes na BNCC. De acordo com o documento, as instituições de educação infantil, para proporcionar uma aprendizagem efetiva às crianças, devem proporcionar-lhes tempo e espaço para se socializar, brincar, participar, explorar, se expressar e se conhecer. Têm, portanto, o direito de conviver coletivamente e de forma diversificada na escola, cumprindo o seu direito ao brincar, fundamental para que todos possam conviver e aprender a brincar. Porém, esse direito está ligado à escolha didático-pedagógica do professor, com o desenvolvimento de planos de estudos e projetos pedagógicos, considerando as especificidades de cada criança em seu contexto social, justificando a parte diversificada da BNCC.

O artigo “A BNCC e a importância do brincar na Educação Infantil” busca analisar a importância da brincadeira como um direito de aprendizagem e desenvolvimento na infância. De acordo com Pacheco, Cavalcante e Santiago (2021), destacam em seu estudo que a brincadeira é uma atividade que deve ser explorada em sala de aula e demais espaços, pois auxilia a criança em seu processo de desenvolvimento. Sendo um recurso que contribui também na aprendizagem, explorando esse prazer que as crianças possuem durante a brincadeira, e permitindo tornar as aulas mais atrativas.

Nesse sentido, evidenciam que a BNCC afirma que o brincar se torna fundamental, tanto para o aprendizado, com para o desenvolvimento infantil. No ato do brincar, a criança aprende de forma prazerosa, por intermédio da socialização com as crianças e adultos e na participação de várias experiências lúdicas. Destacam também que quando o professor passa a estruturar a brincadeira, ele assume o papel de estimular, e possibilitar novas experiências às crianças.

Nessa interação, a criança desenvolve suas capacidades, com o intuito de ampliar seu repertório de habilidades. Dessa maneira, a mediação do professor com a criança e o brincar são dinâmicas que podem estimular, desafiar e apoiar a aprendizagem através do brincar na educação infantil.

O artigo “Relações entre a BNCC e o direito de brincar na Educação Infantil” destaca os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento presentes na Base Nacional Comum Curricular, sendo eles: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Os autores Machado e Lúcio (2021), afirmam que o brincar deve ocorrer de diferentes maneiras, em diferentes espaços e tempos, com adultos e crianças, de forma a expandir e diferenciar suas possibilidades de progresso a produções culturais.

Segundo os autores, as brincadeiras devem ser proporcionadas, com o objetivo de desenvolver nas crianças, o imaginário, a criatividade, a expressão, e possibilitar maior interação entre elas. Sendo assim, nota-se que a escola é um lugar em que o brincar é muito importante para o desenvolvimento da criança, pois proporciona a construção do conhecimento por meio de práticas de ludicidade.

A BNCC é promulgada com a finalidade de retomar e fortalecer o conceito de criança como sujeito histórico e de direitos, que interage, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói. Desse modo, as relações entre a BNCC e o direito de brincar na educação infantil compreendem repensar a prática do educador. Esse planejamento docente precisa incluir brincadeiras que permitam o aprendizado das crianças.

O artigo intitulado “Concepção de infância e ludicidade: Um olhar sobre a proposta de atividades para a Educação Infantil da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)” destaca o brincar como atividade fundamental na Educação Infantil, que se constitui como um importante instrumento para o desenvolvimento cognitivo e social infantil.

Segundo os autores Silva e Nogueira (2022), historicamente o lúdico esteve presente em diversos períodos, desde a pré-história até os dias atuais. Com isso, é possível compreender que a criança aprende

brincando por meio das interações com outras crianças e com os adultos, permitindo que a mesma construa significados sobre si e sobre o mundo no qual está inserida. Os autores discutem o brincar como uma atividade essencial para o desenvolvimento da identidade e da autonomia da criança.

De acordo com a BNCC, para a primeira etapa da Educação Básica, a escola deve garantir seis direitos de desenvolvimento e aprendizagem, de forma que todas as crianças tenham as mesmas oportunidades de aprender e se desenvolver, dentre eles: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. No artigo, os autores afirmam que o educador desempenha importante mediação nesse processo. É primordial que haja mediação para que as crianças aprendam novas situações que podem ser exploradas pelas brincadeiras, permitindo caminhos para um nível maior de desenvolvimento infantil.

O artigo “Educação Infantil: O lúdico de acordo com a BNCC”, busca refletir sobre a importância do lúdico, de acordo com a Base Nacional Comum curricular, na etapa da pré-escola (4 aos 5 anos e 11 meses), na visão dos docentes da rede pública de ensino em uma cidade do nordeste do Brasil.

Para Silva, Silva, Marques e Silva (2021), a importância do lúdico dentro e fora do espaço escolar. A brincadeira dentro da sala de aula pode proporcionar um maior envolvimento com a participação de todas as crianças nas atividades, beneficiando a todos os envolvidos, proporcionando o conhecimento das necessidades das crianças e conseqüentemente uma maior mediação pedagógica para quem necessitar mais. Sendo assim, o ensino lúdico permite ao professor e ao ensino formal no geral uma possibilidade de mediar aprendizagem de uma forma mais dinâmica e menos cansativa como a que é proposta no ensino tradicional que é o oposto do que traz a proposta do ensino lúdico.

Os autores evidenciam também que a BNCC auxilia para que o ensino da Educação Infantil seja através da ludicidade, com jogos e brincadeiras fazendo com que as crianças aprendam de maneira atrativa, dinâmica e significativa. A BNCC veio para agregar qualidade a mediação do ensino, este documento importante em seu conteúdo, traz os 6 direitos de aprendizagem, que devem ser assegurados nessa primeira fase de aprendizagem, são eles: Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar e Conhecer-se.

E com base nesses direitos de aprendizagem possuem os campos de experiências contidos na BNCC que são: O eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação, e espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

O artigo “O papel da brincadeira nas versões da BNCC: discursos constituindo saberes na educação infantil”, visa discutir como o papel da brincadeira enunciado em cada versão do documento busca constituir saberes sobre a criança e a Educação Infantil. Os autores Rosa e Ferreira (2022), destacam em sua pesquisa que brincadeira é um dos eixos norteadores das práticas pedagógicas que compõe o currículo na Educação Infantil brasileira.

Os autores evidenciam que a BNCC, apresenta seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento, dentre eles o direito de brincar. Os direitos de aprendizagem e desenvolvimento que têm relação com os princípios da Educação Infantil que nos diz como a criança aprende e se desenvolve e afirmam o direito da criança, na escola, aprender e desenvolver-se brincando, explorando, convivendo, conhecendo-se, expressando-se e participando. Além disso, o documento destaca a importância sobre o espaço e os materiais para a brincadeira, onde deve-se criar espaços com as crianças e não para as crianças, oportunizando o brincar de diferentes maneiras.

O artigo “A importância do brincar na Educação Infantil consoante com a Base Nacional Comum Curricular” busca compreender como último documento trata o brincar na Educação Infantil. A autora Florinda (2022), destaca que a BNCC estabelece seis direitos de aprendizagem na Educação Infantil, sendo eles: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

Esses direitos garantem condições para que as crianças possam aprender, em situações que possam exercer um papel ativo em ambientes que as estimulem a experienciar desafios e a sentirem-se motivadas a resolvê-los, que possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social. A autora destaca que a BNCC também apresenta cinco campos de experiência (O eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; espaços, tempos, quantidades, relações e transformações), que estruturam a Educação Infantil.

No âmbito escolar, do aspecto pedagógico, as brincadeiras são instrumentos que objetivam o desenvolvimento integral da criança, auxiliando na construção de conhecimentos no processo de aprendizagem e ainda oportunizando momentos de diversão para a criança. Florinda (2022), evidencia que a presença das brincadeiras dentro da sala de aula, tem sido utilizada cada vez mais pelos educadores como uma forma de auxiliar no ensino, para permitir o aprendizado da criança de forma lúdica.

O artigo intitulado “O direito de brincar e a diversidade da Cultura Lúdica na Educação Infantil”, busca analisar se o processo de brincar e a diversidade da cultura lúdica na Educação Infantil (EI) das Escolas Públicas Municipais de Lucas do Rio Verde - MT atendem às orientações da BNCC.

Os autores Bampi, Juliani, Nyari (2022), afirmam em seu estudo que a ludicidade é um conceito relacionado ao jogo e ao brincar, e na educação está associada ao desenvolvimento através de jogos, brincadeiras, manuseio de objetos que estimulem a fantasia, a imaginação e a criatividade da criança. Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o brincar é um dos seis direitos de aprendizagem da Educação Infantil, considerando a sua importância nesta etapa da educação básica.

Desse modo, a interação durante o brincar evidencia o cotidiano da infância, trazendo diversas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças. Com relação ao papel do professor, os autores ressaltam seu papel de iniciador e mediador da aprendizagem, proporcionando situações de brincar livre e dirigido, que atendam às necessidades de aprendizagem da criança. Sendo assim, a diversidade lúdica é um fator essencial a ser considerado no planejamento das atividades, sendo este que proporciona um melhor aproveitamento das aulas, melhorando a eficiência no aprendizado das crianças.

## Considerações finais

Nesse artigo apresentamos aspectos históricos acerca da infância e sobre a educação da criança pequena, trazendo informações sobre as instituições de atendimento às crianças de zero a cinco anos de idade, os documentos norteadores às práticas educativas e a importância do brincar na aprendizagem das crianças, bem como as contribuições da Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil para o desenvolvimento das crianças por meio das brincadeiras contemplando os campos de experiência.

Percebemos que, ao longo da história da educação infantil, o atendimento de crianças em creches esteve exclusivamente ligado ao caráter assistencialista, onde a preocupação estava voltada em distanciar as crianças do trabalho, com o cuidado das crianças abandonadas e filhos de mulheres que ingressaram no mercado de trabalho, enquanto as crianças de classes altas frequentavam instituições preocupadas com caráter educativo e não só ao cuidado. Durante o século XIX, começou a ser pensada uma nova concepção sobre a infância e a criança passa a ser reconhecida como sujeito de direitos, que necessita de cuidados e escolarização.

Conclui-se que através do estudo da base e a partir de teóricos que pesquisam o tema, que o brincar é parte imprescindível da aprendizagem e do desenvolvimento da criança nos aspectos físico, social, cultural, afetivo, emocional e cognitivo. Sendo assim, os educadores que atuam nessa fase da educação básica necessitam, em sua prática, permitir o direito ao brincar, garantindo o desenvolvimento e a aprendizagem na infância, agindo como um agente que estrutura e organiza as brincadeiras com intuito pedagógico.

## Referências

- ALMEIDA, P. N. de. **Educação lúdica: técnicas e jogos pedagógicos**. São Paulo, SP: Loyola, 2008.
- AQUINO, L. As políticas sociais para a infância a partir de um olhar sobre a história da criança no Brasil. In: ROMAM, E. D.; STEYER, V. E. **A criança de 0 a 6 anos e a educação infantil: um retrato multifacetado**. Ulbra, 2001.
- ARIÈS, P. **História Social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

- ARROYO, M. G. **Corpos resistentes produtores de culturas corporais. Haverá lugar na Base Nacional Comum? *Motrivivência***, v. 28, n. 48, p. 15-31, set., 2016.
- BARBOSA, R. F. M.; DEL RIO MARTINS, R. L.; MELLO, A. DA S. A educação infantil na base nacional comum curricular: avanços e retrocessos. ***Movimento-Revista de educação***, n. 10, 147-172, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/mov.v0i10.536>. Acesso em: 27 out. de 2022.
- BARBOSA, R. F. M.; MARTINS, R. L.; MELLO, A. S. Brincadeiras lúdico-agressivas: Tensões e possibilidades no cotidiano na Educação Infantil. ***Movimento***, Porto Alegre, p. 159-170, mar. 2017.
- BASTOS, M. H. C. Jardim de Crianças – o pioneirismo do Dr. Menezes Vieira (1875- 1887). In: MONARCHA, C. ***Educação da infância brasileira 1875 – 1983***. Campinas: Autores Associados, 2001.
- BRASIL. ***Constituição da República Federativa do Brasil***. Brasília, DF: SenadoFederal, 1988, 305p.
- BRASIL. ***Estatuto da criança e do Adolescente***. Brasília. Lei 8069, de 13 de julho de1990.
- BRASIL. Ministério da Educação. ***Base Nacional Comum Curricular***. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 27 set. de 2022.
- BRASIL. ***Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil***. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1998.
- CARVALHO, E. M. G. Educação infantil: percurso, dilemas e perspectivas. Ilhéus: ***Editus***, 2003.
- COOPER, H. M. ***Interating research***: um guia para revisões de literatura. 2.ed. Newbury Park. Sage, 1989.
- DIDONET, Vital. Creche a que veio... para onde vai... In: DIDONET, Vital (org). Em Aberto – Educação Infantil: a creche, um bom começo. ***Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais***, v. 18, n.73, Brasília, 2001, p. 11-27.
- GONÇALVES, R. M; PEIXOTO, L. F. Em defesa dos currículos praticados pensados nos cotidianos escolares. In: REUNIÃO CIENTÍFICA ANPED NORTE, 1., 2016, Belém. ***Anais...*** Belém: Anped, 2016, p. 2009-2021.
- HUIZINGA, J. ***Homo Ludens***: o jogo como elemento de cultura. São Paulo, Editora Perspectiva, 2001.
- KRAMER, S; LEITE, M. I. ***Infância***: Fios e Desafios da Pesquisa. São Paulo: Papyrus. 2003.
- KISHIMOTO, T. M. ***Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação***. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- KUHLMANN, J. M. ***Infância e educação infantil***: uma abordagem histórica. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.
- VALADARES, J. A. MOREIRA, M. A. ***A teoria da aprendizagem significativa***: sua fundamentação e implementação. Coimbra: Edições Almedina. 2009. 133p.
- OLIVEIRA, V. B. ***O brincar e a criança do nascimento aos seis anos***. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- OLIVEIRA, Z. M. R. ***Educação infantil***: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2005.
- ROUSSEAU, J. J. ***Emílio ou da educação***. São Paulo: Martins fontes, 1994.
- VYGOTSKI, L. S. ***A construção do pensamento e da linguagem***. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- VYGOTSKY, L.S. ***A formação social da mente***. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.